

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

COMUS

São Sebastião

1 ATA DA 99ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMUS – CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
2 DE SÃO SEBASTIÃO.

3 Data: 03 de maio de 2011, às 16h20 horas, em segunda chamada.

4 Ordem do Dia:

5 **1-Apresentação da Nova Proposta de Gerenciamento do ESF – Estratégia de Saúde da**
6 **Família em São Sebastião.**

7 **1.1-** Sra. Ana Cristina antes iniciar a pauta do dia, efetuou a leitura do e-mail enviado pela
8 conselheira Rita de Cássia Simioni referente ao agendamento da reunião em pauta. Segundo a
9 Conselheira, o chamamento desta reunião não atendeu o que ficou decidido em última plenária.
10 Dr. Aldo apresentou o novo Assessor Jurídico da Secretaria da Saúde, Dr. Lívio Piva. Em
11 seguida manifestou entendimento e respeito referente ao posicionamento da Sra. Rita, porém
12 considerou que a natureza da situação é emergencial. Disse que não houve a intenção de ferir
13 nenhuma deliberação efetuada pelo Conselho. Lembrou que a solicitação da apresentação
14 atende as reivindicações de plenárias anteriores para que se trabalhe em parceria, apresentando
15 ao Conselho qualquer situação pretendida com relação às políticas públicas de saúde. Saliu
16 que o contrato com o Instituto ACQUA finda em 14-05-11. Em seguida, apresentou duas
17 possibilidades, uma seria a abertura de concurso de projetos, com contratações emergenciais
18 pela Lei 1027 e a outra seria a parceira com a Irmandade, instituição com credibilidade,
19 apartidária e conhecida pelo município. Comparou a gestão pela 1027 e Irmandade, disse que a
20 contratação pela 1027 elevará os custos entre 35 a 40%. Disse que em termos salariais haveria
21 divergências e prejuízos entre as classes. Por último, informou que fizeram contato com o Dr.
22 Ubirajara e convidaram a Irmandade para uma reunião com Senhor Prefeito. A seguir,
23 concedeu a palavra ao Dr. Ubirajara.

24 **1.2-** Dr. Ubirajara informou que a Irmandade já possui uma parceria com a Prefeitura pelo
25 processo interventivo como já foi apresentado detalhadamente em reuniões anteriores do
26 COMUS. Disse que a Irmandade tem credibilidade e participa historicamente da comunidade do
27 município. Lembrou que durante o processo interventivo não foi encontrada nenhuma ilicitude em
28 sua administração. Acredita que por esta razão foram convidados pelo Prefeito para estudar a
29 possibilidade da pessoa jurídica Irmandade tramitar a gerencia do ESF. Informou que o corpo
30 jurídico da Irmandade analisou a proposta apresentada pela Prefeitura e elencou algumas
31 preocupações que foram levadas ao Prefeito. Dessa última reunião, definiu-se a elaboração de
32 um termo consolidado em dois capítulos: Primeiro seria manter a mesma pessoa jurídica (a
33 Irmandade), acordado no processo interventivo e o segundo participação direta como
34 responsável no gerenciamento administrativo/financeiro do ESF. Em relação a gerencia técnica
35 de procedimentos e logística de ações de saúde seria de responsabilidade da Secretaria da
36 Saúde. Quanto ao repasse financeiro, a rubrica seria da Secretaria da Fazenda com emissão de
37 cheques endossados pela diretoria da Irmandade, evitando, assim possíveis bloqueios
38 financeiros, no caso de questões judiciais. Por último, considerou a necessidade de locação de
39 prédio para desenvolvimento dos trabalhos, considerando que o prédio da Irmandade não tem
40 dimensão suficiente para o feito. Sra. Ana Cristina, disponibilizou o momento para
41 esclarecimentos.

42 **1.3-** Dr. Ubirajara questionado pela munícipe Silvia Galhardo, usuária, referente ao plano de
43 trabalho e qualificação da Irmandade para gerir o ESF, respondeu que a Irmandade já foi
44 responsável pela administração do ESF em São Sebastião anteriormente e que o plano de
45 trabalho, a linguagem técnica e manutenção das metas seriam gerenciadas pela Secretaria da
46 Saúde. Dr. Aldo explicou que não existe um plano de trabalho pronto devido à falta de tempo
47 hábil e por conta de que a apresentação de hoje, tratar-se de uma proposta.

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

COMUS

São Sebastião

48 **1.4-** Sra. Célia Pinto questionou qual será o papel da Irmandade na proposta de trabalho,
49 considerando que a Irmandade não gerenciará a questão financeira e nem técnica. Em seguida,
50 perguntou se houve consulta referente à recomendação do Tribunal de Contas referente à
51 impossibilidade da Irmandade gerenciar o ESF. Dr. Ubirajara informou que o Corpo Jurídico da
52 Irmandade deu parecer favorável a referida proposta e que a Irmandade está sujeita ao
53 levantamento de questões ligadas especificamente ao hospital e se houver impedimento legal, a
54 lei será cumprida. Sra. Célia Pinto disse que só se manifestará mediante a apresentação do
55 plano de trabalho e fundamentação jurídica da prefeitura. Dr. Aldo disse que essas serão as
56 premissas consideradas para consolidação da proposta apresentada.

57 **1.5-** Dr. Barboni informou que sua participação jurídica se refere às questões ligadas ao hospital
58 e quanto aos últimos acontecimentos ligados ao Instituto ACQUA, participou somente da
59 liberação da folha de pagamento dos funcionários. Em seguida, expôs sua opinião a respeito da
60 proposta, disse ser favorável a parceria com a Irmandade, porém não aprova a forma como está
61 sendo conduzida. Considera esta relação como “perigosa”. Explicou que o Hospital é da
62 Irmandade e que está sobre intervenção municipal, sendo feito um Termo de Cooperação, na
63 qual as duas instancias unem esforços para administrar o hospital. Já no ESF poderia ser feito o
64 sistema de convenio. Dr. Aldo explicou que o intuito da proposta é agilizar a regularização do
65 processo de gerenciamento administrativo do ESF, evitando o êxodo de profissionais médicos,
66 caso a forma de contratação seja pela lei 1027.

67 **1.6-** Sra. Cibele questionou qual seria o problema de se contratar pela lei 1027, considerando
68 que o repasse da Prefeitura para o Instituto ACQUA previa todas essas remunerações.
69 Considerou que, independente do Termo de contratação, será necessário abrir processo
70 licitatório e que a empresa deve ter “notório especialidade” e, este não é o caso da Irmandade.
71 Por último, perguntou se existe outra saída. Dr. Barboni explicou que não se trata de um termo
72 de parceria com uma OSCIP e, sim da vontade do poder público em concretizar um convenio
73 com uma determinada entidade, dispensando a obrigatoriedade de concorrência pública. Dr.
74 Lívio considerou que a situação é emergencial, portanto justifica-se a nova proposta de parceria
75 com a Irmandade.

76 **1.7-** Dr. Ubirajara questionado pela Sra. Cibele quanto à condição financeira da Irmandade, caso
77 a parceria aconteça por meio de convênio, explicou que essas questões precisarão ser
78 provisionadas pela Prefeitura.

79 **1.8-** Dr. Ubirajara questionado pela Sra. Silvia com relação ao risco da Irmandade perder o
80 certificado de filantropia salientou que a Irmandade está na posição de convidada e não pleiteou
81 em momento algum, participação de processo licitatório para o gerenciamento do ESF, portanto,
82 sentem-se muito a vontade. Disse que a irmandade atua como colaboradora da prefeitura no
83 gerenciamento do hospital e todos os cuidados estão sendo tomados na avaliação dessa nova
84 proposta. Por último, Sra. Silvia e Dr. Ubirajara solicitaram ao COMUS fiscalização para que as
85 garantias sejam respeitadas, evitando-se assim prejuízos para Irmandade.

86 **1.9-** Dr. Barboni fez considerações referente ao certificado de filantropia, informou que esse título
87 é concedido pelo Ministério da Saúde e que atualmente, o Ministério não está estruturado para
88 concessão desses certificados. Com relação à irmandade, disse que atualmente não houve a
89 renovação do certificado de filantropia devido às irregularidades referente ao passivo e
90 mudanças no Ministério referente às concessões dos títulos. Por último, disse que dentro do
91 processo interventivo, a Prefeitura está propiciando condição para que a Irmandade regularize o
92 passivo e restabeleça o título de entidade filantrópica.

93 **1.10-** Sra. Silvia manifestou preocupação em relação aos riscos que a Irmandade poderá sofrer
94 com relação ao passivo referente aos fornecedores ECORAD, Oftalmo LASER e Laboratório

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

COMUS

São Sebastião

95 Itapema e no caso de uma ação trabalhista. Dr. Barboni considerou que qualquer que seja a
96 empresa que suceder o Instituto ACQUA, estará sujeita a correr riscos. Dr. Aldo informou que o
97 Instituto ACQUA já fez o provisionamento dos referidos pagamentos. Dr. Barboni acredita que
98 não há interesse do Instituto em perder sua titulação como OSCIP.

99 **1.11-** Dr. Adilson, membro da Comissão de Finanças, informou que a COFIN não teve acesso ao
100 Termo de Cooperação, conseqüentemente não puderam analisar as contas referentes ao
101 Hospital. Solicitou o envio do Termo de Cooperação e atualização da prestação de contas antes
102 da nova proposta de parceria. Dr. Aldo considerou que será preciso um posicionamento até a
103 próxima semana, considerando que o Instituto ACQUA permanecerá até o dia 14-05-11.

104 **1.12-** Sra. Ana Cristina levantou questionamentos diante das divergências no discurso do Dr.
105 Edson, ECORAD, em entrevista hoje na rádio morada e reunião com a Comissão Executiva do
106 COMUS. Disse que, segundo a entrevista concedida, o Dr. Edson informou que a situação já foi
107 regularizada. Em seguida, Sra. Ana Cristina passou a palavra ao Dr. Glauco que informou que
108 efetuaram contrato emergencial com a Prefeitura e estão na fase de apresentação documental.
109 Disse temer mudanças no modo operante dos contratos, considerando já existir um
110 agendamento em andamento dos pacientes. Dr. Aldo explicou que as mudanças não serão
111 radicais e estarão voltadas para melhorias no fluxo de atendimento ao usuário. Dr. Barboni
112 considerou que uma das possíveis alterações aconteça no campo da prestação de contas, disse
113 que elas precisarão estar de acordo com o que determina o Tribunal de contas.

114 **1.13-** Dr. Barboni questionado pela Sra. Ana Cristina sobre a situação atual dos contratos
115 emergenciais, comprometeu-se em apresentar um posicionamento da administração na próxima
116 reunião ordinária.

117 Após considerações e esclarecimentos, Sra. Ana Cristina considerou que toda discussão será
118 apresentada em plenária do COMUS para deliberação conjunta. Em seguida, solicitou ao
119 Secretario da Saúde a apresentação da documentação pertinente para apreciação do Conselho,
120 o mais rápido possível para futuras definições. **A Plenária decidiu que a pauta da próxima**
121 **reunião ordinária será a Apresentação da documentação referente à nova proposta de**
122 **parceria com a Irmandade no gerenciamento do ESF, por último, decidiram confirmar,**
123 **previamente, a presença do Sr. Queródia, representante do Instituto ACQUA, conforme**
124 **acordado em reunião da Comissão Executiva.**

125 Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que após aprovação, será assinada pelos presentes.
126 Ata elaborada por Ana Maria Assis Leite dos Santos (funcionária pública e responsável administrativa do COMUS) e
127 presidida pela Sra. Ana Cristina R. Soares. São Sebastião, 03 de maio de 2011.

128 **LISTA DOS MEMBROS PRESENTES QUE ASSINAM ESTA ATA**

129 Estiveram presentes outros ouvintes que assinam a lista de presença.

Aldo Pedro Conelian junior		José Inácio de C. Filho	
Gustavo Barboni de Freitas		Lidiomar Conelian de Oliveira	
Ubirajara Nascimento		Isilda Aparecida R. Giudice	
Maria Aparecida P. Piedade		Adilson Ferreira de Moraes	
Elias Cecílio Neto		Ana Cristina R. Soares	
Célia Pinto		Viviane Moura Snodgrass	
Cibele A. N. Corte		Kenia Braga Barbosa	
Venina Targat M. Soares		Márcia de Souza. G. Ferreira	

130 XXX